



## De leigas a normalistas: a formação de professoras no Delta do Rio Parnaíba (1980-1990)

*José Marcelo Costa dos Santos*

Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Brasil

*Maria do Amparo Borges Ferro*

Universidade Federal do Piauí – UFPI, Brasil

### RESUMO

Este estudo tem como objeto de análise o processo formativo de professoras ribeirinhas da região de Ilha Grande de Santa Isabel, no Delta do Rio Parnaíba, no período de 1980 a 1990, a partir de memórias de formação. O objetivo geral é analisar como se deu a formação pedagógica dessas docentes, na transição de leigas para normalistas. Especificamente, intenciona-se: caracterizar o processo formativo de professoras ribeirinhas, na transição de leigas para normalistas; verificar como se deu o início do magistério dessas docentes nos povoados de Ilha Grande de Santa Isabel; discutir aspectos da formação normalista no Piauí. Trata-se de uma pesquisa de caráter histórico, de abordagem qualitativa, na perspectiva metodológica da História Oral, aprovada pelo Conselho de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, parecer n. 3.533.397. A técnica empregada foi o relato de história oral de vida, uma adaptação da entrevista de história oral, tendo como colaboradoras três professoras aposentadas. A base teórica se sustenta, dentre outros, em autores como: Chartier (2007), Ferro (1996), Lopes (2017), Meihy (2005) e Villela (2000). A pesquisa mostrou que a formação das professoras, que atuaram em Ilha Grande de Santa Isabel, se configurou como um processo de travessias, marcado por dificuldades, desafios e superação, em busca de qualificação profissional e construção de carreira no magistério.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ilha Grande de Santa Isabel. Memórias de Formação. Professoras Ribeirinhas.

### FROM LAY PEOPLE TO NORMALISTS: THE FORMATION OF TEACHERS IN THE PARNAÍBA RIVER DELTA (1980-1990)

#### ABSTRACT

This study has as object of analysis the formative process of riverside teachers from the Grand Island, region of Saint Elisabeth, in the Parnaíba River Delta, from 1980 to 1990, from formation memories. The general objective is to analyze how the pedagogical training of these teachers took place, in the transition from lay women to normalists. Specifically, it is intended to: characterize the formative process of riverside teachers, in the transition from lay women to normalists; to verify how the teaching of these teachers began in the villages of Grand Island of Saint Elisabeth; to discuss aspects of normalist training in Piauí. This is research of historical

character, of qualitative approach, from the methodological perspective of Oral History, approved by the Ethics and Research Council of the Federal University of Piauí, opinion no. 3,533,397. The technique used was the report of oral history of life, an adaptation of the oral history interview, having as collaborators three retired teachers. The theoretical basis is supported, among others, in authors such as Chartier (2007), Ferro (1996), Lopes (2017), Meihy (2005) and Villela (2000). The research showed that the training of teachers who worked in Grand Island of Saint Elisabeth, was configured as a process of crossings, marked by difficulties, challenges and overcoming, in search of professional qualification and career construction in teaching.

**KEY WORDS:** Grand Island of Saint Elisabeth. Memories of Formation. Riverside Teachers.

## **DE LAICOS A NORMALISTAS: LA FORMACIÓN DE MAESTROS EN EL DELTA DEL RÍO PARNAÍBA (1980-1990)**

### **RESUMEN**

Este estudio tiene como objeto de análisis el proceso formativo de los maestros ribereños de la región de Isla Grande de Santa Isabel, en el delta del río Parnaíba, de 1980 a 1990, a partir de memorias de formación. El objetivo general es analizar cómo se llevó a cabo la formación pedagógica de estos docentes, en la transición de mujeres laicas a normalistas. Específicamente, se pretende: caracterizar el proceso formativo de los maestros ribereños, en la transición de mujeres laicas a normalistas; verificar cómo comenzó la enseñanza de estos maestros en los pueblos de Isla Grande de Santa Isabel; discutir aspectos de la formación normalista en Piauí. Se trata de una investigación de carácter histórico, de abordaje cualitativo, desde la perspectiva metodológica de la Historia Oral, aprobado por el Consejo de Ética e Investigación de la Universidad Federal de Piauí, dictamen nº 3.533.397. La técnica utilizada fue el relato de historia oral de la vida, una adaptación de la entrevista de historia oral, teniendo como colaboradores a tres profesores jubilados. La base teórica se apoya, entre otros, en autores como Chartier (2007), Ferro (1996), Lopes (2017), Meihy (2005) y Villela (2000). La investigación mostró que la formación de los docentes que trabajaron en Isla Grande de Santa Isabel, de 1980 a 1990, se configuró como un proceso de cruces, marcado por dificultades, desafíos y superación, en busca de la cualificación profesional y la construcción de carrera en la enseñanza.

**PALABRAS-CLAVE:** Isla Grande de Santa Isabel. Memorias de formación. Maestros de Riverside.

## **1 INTRODUÇÃO**

O processo formativo de professoras que atuaram em comunidades da região ribeirinha de Ilha Grande de Santa Isabel, no Delta do Rio Parnaíba, então zona rural do município de Parnaíba, no norte do Estado do Piauí, nas décadas de 1980 e 1990, pode ser relacionado a uma espécie de travessia de formação.

Cada uma com seus contos verossímeis, com suas narrativas quase homéricas, se

agarrando à subjetividade de suas memórias, têm lembranças marcantes dos tempos em que percorriam longas distâncias, dos povoados em que moravam e trabalhavam até a Escola Normal, na cidade de Parnaíba, em busca de qualificação e realização profissional.

Este estudo tem como objeto o processo formativo de professoras ribeirinhas da região de Ilha Grande de Santa Isabel, no Delta do Rio Parnaíba, no período de 1980 a 1990 – década que se refere ao início do magistério e a conquista do diploma do Curso Normal por essas docentes. O objeto analisado problematiza-se com a seguinte questão norteadora: como se deram as travessias formativas de professoras ribeirinhas que atuaram nos povoados de Ilha Grande de Santa Isabel, Delta do Parnaíba, no período de 1980 a 1990?

O objetivo geral é analisar como se deu a formação pedagógica dessas mulheres, na transição de leigas para normalistas. Especificamente, intenciona-se: caracterizar o processo formativo de professoras ribeirinhas na Escola Normal Francisco Correia; verificar como se deu o início do magistério dessas docentes nos povoados da Ilha Grande de Santa Isabel, no período de 1980 a 1990; discutir aspectos da formação normalista no Piauí.

Compreende-se que este estudo é relevante e se faz necessário tendo em vista que traz contribuições acerca da formação normalista no Piauí, evidenciando a Ilha Grande de Santa Isabel, no final do século XX. O artigo se organiza em quatro seções, sendo resultado de uma análise teórico-empírica.

## **2 A ESCOLA NORMAL NO PIAUÍ**

A história da formação de professores no Brasil compreende um misto de discrepâncias entre o instituído e o executado na prática. A identidade de quem deveria ou poderia lecionar se insere no âmbito de ausência de políticas públicas e tentativas de formação do professorado, de forma fragmentada e incompleta.

Amarga-se um negativo legado de tempos (séculos XVIII e XIX) em que para ser professor no país não era obrigatório possuir formação específica, em muitos casos bastava a instrução básica incompleta para atuar como docente no âmbito da alfabetização e séries primárias, principalmente nas regiões mais longínquas onde a escassez de escolas e de professores formados era mais gritante que nos centros urbanos.

Esse quadro influenciou o fato de que, segundo Tanes e Werner (2022, p. 37): “a profissão docente é pouco atrativa no Brasil e, muitas vezes, os professores são expostos a situações de desvalorização, com péssimas condições de trabalho, carga horária excessiva, baixa remuneração e salários abaixo do piso salarial”.

Tanes e Werner (2022) discorrem sobre os saberes necessários para o exercício do

magistério, mostrando que ser professor é um movimento de constante formação. Porém, antes da década da educação, caracterizada na LDB de 1996, lei n. 9.394/96, havia grande concentração de professores sem formação para o magistério em sala de aula – os denominados “leigos”.

Até a década de 1970, no Piauí, por exemplo, havia cerca de mais de dez mil leigos (BRASIL, 1974), pessoas que ministravam aulas sem qualificação para o ofício. Sem preparação pedagógica para a docência, possivelmente esses trabalhadores, em muitos casos, se valiam de suas próprias experiências dos tempos de alunos para construir uma referência de professor.

Mesquita e Frahia-Martins (2022, p. 147) esclarecem que “a aprendizagem da docência sofre influência das experiências do sujeito na condição de aluno”. Embora as autoras não se refiram exatamente ao professor leigo, compreende-se que há essa relação, uma vez que os docentes que exerciam o magistério sem formação pedagógica, certamente tinham seus professores como referência para seus procedimentos em sala de aula.

Essa realidade foi histórica e culturalmente construída, sendo herança de séculos anteriores em que não se tinha uma preocupação e/ou efetivação de políticas formativas para os praticantes da docência. De acordo com Villela (2000), o Ato Adicional de 1834, segundo o qual a responsabilidade de organizar os sistemas de ensino passaria para a alçada das províncias, foi o impulso para a implantação das primeiras escolas de formação de professores no Brasil.

A proposta de formação de professores contida na Lei Geral do Ensino de 1827 não tivera desdobramentos concretos, mas, a partir desse novo instrumento legal, cada província deveria se responsabilizar pela organização e administração de seus sistemas de ensino primário e secundário. Nesse contexto, a intenção de formar professores encontra conjuntura mais favorável (VILLELA, 2000, p.104).

O objetivo da Corte era descentralizar a máquina administrativa, sem que esta perdesse o controle do poder. O que se tinha era um exercício constante de organização da sociedade, a partir de formação de um pensamento que fosse compatível com o do aparelho ideológico da Coroa.

Para Villela (2000), o Brasil vive, de 1822 a 1852, o período denominado na historiografia como os momentos de *Ação* e de *Reação* do período imperial. O primeiro se caracterizou por pensamentos tidos como “democráticos”, uma vez que havia a força do processo de independência, todavia, marcado por eventos fortes como a abdicação de D. Pedro I e o declínio do governo regencial de Feijó.

O segundo momento traz um regresso aos princípios conservadores, em que se buscou

a centralização do poder e o prestígio do governo. Tem-se uma queda de braço entre os ideais liberais e as propostas conservadoras e nesse cenário conflitante ocorrem as tentativas primeiras de implementação do ensino normal no país.

A ideia de trazer uma escola que formasse indivíduos que pudessem atuar no controle das massas a partir de uma instrução direcionada parecia ser um bom investimento, portanto, a implantação das primeiras instituições, segundo o modelo europeu, não tardaria muito a ocorrer: tem-se a Escola Normal (VILLELA, 2000).

A origem do termo “Escola Normal” é oriundo da França, no século XVII, mencionado pela primeira vez em 1685 pelo abade *La Salle*. Inicialmente designava o ensino desenvolvido na coletividade, tendo como clientela um grupo de crianças. No século XIX, era tida como escola modelo, ou seja, seria o local em que os futuros professores deveriam aprender a ensinar, como postulam Vicentini e Lugli (2009, p. 33):

[...] a Escola Normal seria aquela na qual os futuros professores aprenderiam o modo correto de ensinar (a norma), por meio de salas de aula modelo, nas quais observariam docentes ensinarem crianças de acordo com as formas exemplares. Por essa razão, a criação das Escolas Normais sempre era acompanhada da criação da escola-modelo anexa, onde os futuros professores poderiam se aproximar das práticas de ensino desenvolvidas com alunos reais.

A Escola Normal se constituiu como o espaço que, em tese, ofertaria qualificação para aqueles que buscassem o ofício do magistério, de modo que tivessem o preparo para assumir salas de aula, mediante a observação e experimentação na escola de vivências chamada escola-modelo.

No Brasil, o século XIX é o marco da chegada das primeiras escolas normais. Segundo Vilella (2000), a Província do Rio de Janeiro, mais especificamente em Niterói, sediou a primeira Escola Normal do Brasil, em 1835, por meio do Decreto n. 10, de 10 de abril de 1835. Nesse mesmo ano tem-se a inauguração da Escola Normal na Província de Minas Gerais, instituída através do artigo 7º da Lei n. 13, em 28 de março de 1835, na então capital Ouro Preto. A Bahia recebeu sua primeira escola normal a partir da Lei n.37, de 14 de abril de 1836, seguida por São Paulo, que foi contemplado dez anos mais tarde, por força da artigo 31º da Lei n. 34, de 16 de março de 1846.

Mesmo com a implantação das escolas normais e embora já se tivesse com a chegada destas, grosso modo, pelo menos um espaço destinado à formação de professores, considerando as décadas de 1830 e 1840, a carência era muito grande, o analfabetismo era quase uma máxima entre os brasileiros e no Piauí a situação era ainda mais grave.

Tratando de aspectos históricos sobre a formação de professores no Brasil, Selis (1996,

p. 38) discorre: “a preocupação com a formação do magistério para o ensino primário esteve presente desde o Império, embora pouco tenha sido feito em termos de iniciativas concretas que de fato atacassem a questão da qualificação do professor primário”.

A autora salienta que a responsabilidade por estas instituições era dos estados, assim estes podiam conduzir suas reformas mediante seus limites políticos e geográficos. As primeiras escolas normais possuíam um currículo composto “por disciplinas de cultura geral e apenas algumas de caráter pedagógico, precárias do ponto de vista da formação técnica”. (SELIS, 1996, p. 38).

Padeciam de muitos problemas, visto que estavam submetidas às receitas econômicas de cada estado, apresentando funcionamento irregular, inclusive com escassez de alunos, considerando que as primeiras escolas não admitiam mulheres, ainda que mais tarde estas fossem seu público principal (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Fruto desse cenário, o Piauí adentra ao século XX com muitos problemas herdados do período anterior. Em termos de educação, a carência de escolas e a falta de professores eram aspectos que influenciavam diretamente no grande número de analfabetos e até mesmo no descrédito por parte da população sobre a importância da escola e da formação instrucional (BRITO, 1996).

De acordo com Ferro (1996), em 1903, havia em todo o território piauiense cerca de 2.324 alunos frequentando escolas primárias, as quais somavam um total de 89 estabelecimentos desse nível de ensino, cenário informado à Assembleia Legislativa pelo então governador Arlindo Nogueira, o que representava discrepância entre o número de frequência e o total de matrícula, que era de 2.963 alunos.

Vale ressaltar que esses números podem ter influência da Resolução n. 267, de 29 de junho de 1901, que versava sobre a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças no Estado do Piauí. Contudo, o que se observa é uma clara contradição, uma vez que “se havia a disposição legal, a realidade estava distante de alcançá-la, pois apenas uma pequena parcela da população de crianças e jovens tinha acesso ao ensino”. (FERRO, 1996, p.35).

Durante as primeiras décadas do século XX, a formação de professores no Piauí se deu pela ação da Escola Normal Oficial, fundada em 1910, em Teresina. Entretanto essa não fora a primeira tentativa de implantação de uma instituição formadora de professores, já que a Escola Normal adentra o espaço piauiense, mas não se consolida em suas primeiras tentativas de implantação, no final do século XIX. De acordo com Sousa (2015, p. 61):

A primeira tentativa de implantação de uma escola normal no Piauí se deu pela Resolução n. 565, publicada 5 de agosto de 1864, e inaugurada em 3 de

fevereiro de 1865. Na época, o presidente da província era Franklin Américo Meneses Dória. [...] A Escola Normal surgiu como o desejo de superar a concepção de um professorado sem formação.

A Escola Normal no Piauí, conforme informa a autora acima, ofereceu um curso de formação de dois anos, tendo em seu currículo cadeiras clássicas e pedagógicas como, por exemplo: Gramática, Matemática, Ciências das Escolas e Prendas Domésticas. A direção dessa escola ficou a cargo do médico Constantino Luiz da Silva Moura (SOUSA, 2015).

Por falta de recursos, dentre outros fatores, a Escola Normal foi extinta em 1867, tendo a Resolução n. 599 como o marco legal para o seu fechamento, ao passo que traria, em 1868, o surgimento de uma espécie de curso propedêutico, anexado ao programa do Liceu Piauiense, que se destinava à formação daqueles que quisessem exercer o magistério primário.

Sobre esta questão, Lopes (2017) enfatiza que a proposta de curso como anexo ao currículo do Liceu contemplava uma ampliação de conteúdos pedagógicos voltados à cadeira de Língua Nacional e mais tarde efetivou-se em nova proposta de criação do Curso Normal pela Resolução n. 753, de 29 de agosto de 1871.

Nesse novo formato, o curso ficou organizado em três anos, com a seguinte grade curricular: “Primeiro ano – Língua Nacional e Pedagogia; Segundo ano – Aritmética aplicada às operações práticas, Geometria Plana e Sistema Métrico Decimal; Terceiro ano – Elementos de História e Geografia, principalmente pátria e sagrada” (LOPES, 2017, p. 117).

Em virtude de entraves financeiros e por não existir um professorado específico para a formação dos normalistas, uma vez que os docentes eram os mesmos do Liceu, o curso é fechado em 1874, através da Resolução n. 858. Em 15 de junho de 1882, através da Resolução n. 1.062, houve nova tentativa, também fracassada, desta vez com a criação de “uma Escola Normal localizada na Capital, mista, gratuita, com curso de dois anos, com frequência livre, com professorado próprio e funcionando no mesmo prédio do Liceu”. (LOPES, 2017, p. 120).

De acordo com Ferro (1996), essas três tentativas não bem-sucedidas de implantação de da Escola Normal no Piauí não prosperaram, dentre outros fatores, pela falta de estrutura física e humana. Somente em 1909, há a implantação da Escola Normal Oficial de Teresina, que passou a funcionar a partir de 1910, por disposição da Lei n. 548, de 30 de março de 1910, assinada pelo então governador Antonino Freire da Silva.

Como medida emergencial, no intuito de consolidação da Escola no Estado, o Governo providenciou a vinda da professora Firmina Sobreira Cardoso, normalista formada pela Escola Normal do Maranhão, que se dedicou, de acordo com Ferro (1996), ao fortalecimento e continuidade do curso de formação de professores em território piauiense.

O Decreto n. 434, de 19 de abril de 1910, institui o currículo da Escola Normal, que passou a oferecer curso de três anos no qual os alunos teriam como cátedras: Aritmética, Desenho, Desenho e Caligrafia, Educação Moral e Cívica, Francês, Geografia e Cosmografia, Geometria, História Universal e do Brasil, Literatura Portuguesa, Música, Noções de Física, Química e Meteorologia, Noções de História Natural, Agronomia e Higiene, Pedagogia, Trabalhos de Agulha e Cartografia.

A Escola Normal tinha um currículo que variava entre conteúdos científicos e trabalhos direcionados aos cuidados do lar e da família e de formação social, sendo que houve diversas mudanças ao longo do funcionamento dessa instituição, inclusive em termos de duração do curso, como é possível constatar nos estudos de Soares (2004, p. 83):

No ano de 1911 o curso fora ampliado para quatro anos, incluídas novas cadeiras. Neste currículo que apresento no quadro a seguir, a preocupação metodológica foi contemplada com a introdução de Metodologia no 2º, 3º e 4º ano. A inclusão de Economia Doméstica ratificou a exclusividade do curso para mulheres e a preocupação com o ensino na zona rural fez com que o curso criasse as cadeiras de Meteorologia, Arboricultura, Horticultura e Economia Rural.

Esse currículo caracterizava o pensamento sociopolítico da época, que primava pela formação de professoras não restrita ao ofício do magistério, mas era ainda uma espécie de formação social, considerando a quase exclusividade de mulheres como alunas, o que influenciou diretamente na construção do quadro de conhecimentos oferecidos.

Contudo, mesmo com o funcionamento da Escola Normal de Teresina, a demanda de formação de professores já em exercício não foi suprida e muitos continuaram a exercer a docência sem qualificação profissional para função. Nas cidades do interior, a situação era ainda mais grave, tendo em vista que as escolas normais chegaram nessas localidades mais de dez anos após a fundação em Teresina. No caso da cidade Parnaíba, Rodrigues (2013, p. 317) pontua:

A Escola Normal de Parnaíba foi criada em 1927, reconhecida e regularizada por força da Lei 1.196, de 18 de julho de 1928, condicionada a prévia fiscalização do Governo do Estado funcionando nos termos da Escola Normal Oficial de Teresina, com um currículo de quatro anos. As escolas equiparadas à Escola Normal Oficial seguiam a mesma estrutura curricular e organização administrativa e didática, que, tinham como fundamento o Regulamento de 1910, com pequenas alterações, que permaneceu em vigor até 1930.

A Escola Normal de Parnaíba funcionava, concomitante ao Ginásio Parnaibano, no prédio do Grupo Escolar Miranda Osório. Em suas primeiras turmas, para o ingresso no curso havia teste de seleção, denominado de exame de admissão, e era cobrada mensalidade. Além



da Escola Normal de Parnaíba, outro curso na mesma modalidade foi instalado: o Ginásio Nossa Senhora das Graças passa a oferecer o Curso Pedagógico, em 1947, com a mesma habilitação ofertada pela Escola Normal (RODRIGUES, 2013).

A década de implantação da primeira escola normal parnaibana compreendia um esforço de busca por uma possível modernização da cidade, inclusive no campo educacional. A esse respeito, Lopes (2001, p. 80) postula:

A interiorização da formação de professoras teve, contudo, que esperar até 1927 sendo iniciativa não do Governo Estadual, mas de um município que procurava se modernizar: Parnaíba. [...] Parnaíba, na década de 1920, tornou-se a cidade do Piauí onde mais inovações ocorreram em educação. A municipalidade e a elite comercial, empenhadas em modernizar a cidade, realizaram uma série de ações na área educacional.

Vale ressaltar que o público dessas escolas era, principalmente, as moças da sociedade parnaibana, uma vez que o curso normal era considerado de grande padrão, não apenas por preparar para o magistério, mas por tornar as jovens da época pessoas cultas e preparadas para os compromissos sociais de casamento e maternidade, daí ser composto em suas primeiras turmas apenas por mulheres.

Os cursos normais tornaram o cenário da docência primária quase intrínseco à tarefa feminina, sendo os homens substituídos pelas professoras normalistas. Os homens continuavam a atuar no magistério do Ensino Secundário e a docência nos primeiros anos de escolarização sofreu uma espécie de “feminização”, ficando principalmente a cargo de mulheres que, por muito tempo, foram responsáveis por essa modalidade de educação no Brasil.

### **3 PROPOSTA METODOLÓGICA**

Este estudo se configura como uma pesquisa de caráter histórico, de abordagem qualitativa, na perspectiva metodológica da História Oral. A técnica empregada foi o relato de história oral de vida, uma adaptação da entrevista de história oral (MEIHY, 2007), tendo como colaboradoras três professoras aposentadas, que compartilharam memórias coletivas (HALBWACHS, 2013) de seus tempos de estudantes normalistas e profissionais do ensino em povoados do Delta do Rio Parnaíba.

Trabalha-se, nesta análise, com o conceito de memória a partir dos postulados de Halbwachs (2013), que a compreende como um processo em que o indivíduo, em interação com membros de uma comunidade afetiva, é capaz de reconstituir fatos ocorridos no passado, de modo que uma pessoa pode ajudar outra na reconstrução de uma lembrança, considerando

que as memórias são individuais e, essencialmente, coletivas, ou seja: “uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos”. (HALBWACHS, 2013, p. 31).

No caso das colaboradoras deste estudo, a memória coletiva se faz presente nos relatos sobre suas vidas como estudantes ribeirinhas e como professoras ora leigas, ora normalistas, em que a lembrança de uma completa as reminiscências de outras, visto que as vivências ocorrem no mesmo recorte temporal. Isso possibilita a realização da pesquisa histórica a partir dessas memórias de formação.

Segundo Moreira e Callefe (2008, p. 75), “na pesquisa histórica, o pesquisador sistematicamente investiga e analisa documentos e outras fontes de dados sobre um determinado problema, comportamento ou evento ocorrido no passado”. No caso deste estudo, contempla-se uma análise de relatos de memória de professoras aposentadas.

Possuindo uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2001), esta análise se baseia na compreensão de relações, comportamentos e atitudes de docentes normalistas, que compartilharam memórias de seus tempos de docência, enfatizando suas travessias de formação no final do século XX.

A perspectiva metodológica que norteou este estudo compreendeu o campo epistemológico da História Oral, segundo os estudos de Thompson (2002) e Meihy (2005). O primeiro autor entende que a História Oral é uma ferramenta de transformação de conteúdo em finalidade histórica. “Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. (THOMPSON, 2002, p. 22).

Meihy (2005, p. 17), por sua vez, caracteriza a História Oral como “um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e é reconhecida como história viva”. O trabalho nesta perspectiva configura um processo interpretativo a partir de narrativas orais.

O historiador da educação que decide trabalhar com História Oral passa a ter acesso a “uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (DELGADO, 2003, p. 23). Um saber que advém de processos de interação entre sujeitos, testemunhas, atores principais ou coadjuvantes nos espetáculos da vida em sociedade.

A modalidade em que se desenvolveu esta pesquisa é a História oral de vida, em aproximação à técnica de entrevista de história oral (MEIHY, 2005), adaptada em relato de história oral de vida. A técnica compreende uma conversa informal na qual os pesquisadores

interagiram com as colaboradoras, individualmente, deixando-as à vontade para expressar suas memórias.

Ao longo da conversa, que ocorreu na residência de cada professora no ano de 2020, antes do período pandêmico, foram direcionadas quatro perguntas-base sobre aspectos do objeto aqui analisado. Os relatos tiveram duração de 30 a 40 minutos, aproximadamente, e foram gravados em aparelho *smartphone*.

As colaboradoras foram três professoras aposentadas, identificadas nesta pesquisa como *Normalista 01*, *Normalista 02* e *Normalista 03*, selecionadas em observância aos seguintes critérios: ser moradora de Ilha Grande de Santa Isabel, tendo atuado como professora em povoados dessa região no período de 1980 a 1990, bem como ter tido formação pedagógica pela Escola Normal Francisco Correia nesse mesmo período.

A trajetória metodológica do estudo compõe as seguintes etapas: construção do Estado da Arte e Fundamentação Teórica; identificação das colaboradoras; envio de carta-convite às colaboradoras; visita de apresentação do projeto às colaboradoras; assinatura do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aplicação da técnica de relato de história oral de vida; audição, transcrição e textualização do material dos relatos; envio das transcrições para aprovação das colaboradoras; construção de categorias de análise; tratamento e análise dos dados; produção do relatório de pesquisa.

O material colhido nos relatos foi analisado a partir de três categorias: 1) memórias de estudante ribeirinha; 2) memórias do início de carreira no Delta do Rio Parnaíba; 3) memórias da Escola Normal. Essas categorias são tratadas na análise das quatro perguntas-base, mediante quadros demonstrativos dos relatos de memória.

Em cada quadro há fragmentos dos relatos das colaboradoras, relacionados entre si, de modo a estabelecer o caráter de memória coletiva do período histórico contemplado no estudo (1980-1990), sendo articulados em discussão, sempre que possível, com fundamentos teóricos e o olhar crítico dos pesquisadores.

#### **4 DE LEIGAS A NORMALISTAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Nesta seção, apresenta-se em sequência os quadros demonstrativos dos relatos de história oral de vida, mediante as memórias de formação expressas pelas três professoras partícipes. Essas colaboradoras iniciaram na docência como leigas, ou seja, ingressaram no magistério sem formação específica, inclusive antes dos 18 anos de idade. Atuavam em casas-escolas – espécies de salas improvisadas nas residências de moradores dos povoados da Ilha

Grande de Santa Isabel, no Delta do Rio Parnaíba, em virtude da ausência de instalações oficiais de ensino.

A base legal para a contratação dessa categoria de praticantes da docência era a Lei n. 5.692/71, que em seu artigo 30, parágrafo único, estabelecia que, na ausência de profissionais diplomados, seria permitida a contratação de leigos, desde que observadas as seguintes circunstâncias:

**Parágrafo único:** Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar: a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos; b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação; c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicadas pelo mesmo Conselho. (BRASIL, 1971, p.01).

Com base nesta redação legal, a Prefeitura de Parnaíba celebrava contratos com professores leigos para atuar nos povoados da Ilha Grande de Santa Isabel. Entretanto, havia questões mais específicas que não eram critérios da legislação como, por exemplo, como o fato de as colaboradoras terem iniciado a carreira com idade entre 16 e 17 anos.

Trabalhavam no turno e nas turmas que, oficialmente, seriam de outros leigos com mais de 18 anos e estes repassavam o pagamento a elas. Pelo que se pode compreender, era uma espécie de “acordo” entre a Prefeitura e as leigas, sendo que ao completarem maioria tinham seus contratos celebrados, inclusive com a possibilidade de carteira assinada, em que o vínculo era descrito como “professora leiga”.

Quando indagadas sobre sua formação primária e ginásial, nas casas-escolas e/ou nos grupos escolares onde estudaram, quer em Ilha Grande de Santa Isabel quer em Parnaíba, antes do ingresso na Escola Normal, as participantes fizeram os seguintes relatos:

**Quadro 01** – Demonstrativo dos relatos de memória sobre a pergunta-base 01

<b>Pergunta-base 01:</b> <i>Como foram seus primeiros estudos, antes da senhora ingressar na Escola Normal?</i>	
<i>Normalista 01</i>	Minha primeira professora foi a mamãe, lá na casa da minha avó. Ela já trabalhava e lá nessa casa tinha uma sala que era preparada para ela dá aula. Depois fui estudar no Comercial, lá em Parnaíba. [...] Quando era tempo de enchente, a gente levava os livros na cabeça para atravessar e a roupa dentro de uma sacola. Aí trocava de roupa lá na frente para depois ir para escola.
<i>Normalista 02</i>	Comecei na Escola Municipal Emídio Moura, que era numa residência de um casal, aqui no Cal. A minha primeira professora foi a tia Floriza, uma professora leiga, no ano de 1975. Ela era dona de casa e dava aula nessa casa, que era da tia dela. [...] Depois eu fui para o Jonas Correia [em Morros da Mariana] e fiquei lá até a 4ª série. Lá estudei

	com a Prof. <sup>a</sup> Terezinha Silva Rios, de Parnaíba, e com a Prof. <sup>a</sup> Lourdes. Com a Terezinha foram três anos, praticamente; a dona Lourdes foi na 3 <sup>a</sup> série e a dona Mirian, na 4 <sup>a</sup> série. Depois fui para a Escola Comercial, em Parnaíba.
<i>Normalista</i> 03	Eu comecei a estudar aqui mesmo, na antiga Escola Emídio Moura, onde a minha professora era a dona Socorro, aí estudei até o 2 <sup>o</sup> ano e fui morar em Parnaíba com minha mãe. Lá em Parnaíba, eu estudei, com bolsa, no anexo do Colégio das Irmãs, fiz os quatro anos do meu Ensino Primário. [...] Continuei a estudar no antigo Comercial, ia de ônibus, saía de casa às 10 horas da manhã e só chegava às seis, ou sete da noite. No inverno, geralmente, se ia caminhando e ainda era na época da canoa, a gente atravessava de canoa. Aí fiz até a 8 <sup>a</sup> série.

**Fonte:** Organizado pelos pesquisadores a partir dos relatos de história oral

Os relatos das colaboradoras refletem o quadro do Piauí do século XX, em que a escassez de escolas e de professores formados impulsionavam o surgimento dos leigos que, embora não possuíssem diploma de magistério, exerciam o ofício formalmente, com contratos e remuneração, o que os diferenciava, dentre outros aspectos, dos mestres-escolas que atuaram no século XIX.

A *Normalista 01* enfatizou o parentesco com sua primeira professora, sua mãe, ratificando esse fator comum em que a instrução primária se dava a partir da ação de familiares diretos, que alfabetizavam seus entes em suas próprias residências, uma vez que não havia escolas. A este respeito, Ferro (1996, p. 97) postula: “Por falta de acomodações apropriadas, às vezes, a escola funcionava na casa da professora”.

No Piauí, a questão da instrução escolar se deu a passos mais lentos que em outras províncias do país e em longo prazo, considerando que nesse território a educação foi acontecendo em pequenas escalas, iniciando nas fazendas, no século XVIII, nas casas e somente depois nos grupos escolares, já no século XX (FERRO, 1996).

Esse primeiro processo formativo das colaboradoras se deu em travessias, no movimento entre-rios que compreendia o trajeto dos povoados em que moravam, na região da Ilha Grande de Santa Isabel, à Escola Comercial de Parnaíba, com muitos desafios e dificuldades, principalmente devido à distância, falta de transporte e condições financeiras de se manter estudando.

Nas localidades de Morros da Mariana, Cal, Tatus, Baixão, Labino, Canto do Igarapé, Ilha das Batatas, Pedra do Sal, as turmas de alunos eram formadas por vários níveis, multisséries, e os professores leigos ensinavam a todos, tendo em vista que o currículo girava em torno da leitura, escrita e cálculo, mediante o uso da Carta e/ou da Cartilha do ABC e da Tabuada. A ênfase era na alfabetização e na Matemática instrumental, ou seja, aprender a ler e escrever e a dominar, ainda que minimamente, o cálculo das operações fundamentais.

Fato é que, entre agruras e bonanças, as três colaboradoras conseguiram estudar em

Parnaíba, após a instrução primária em Ilha Grande de Santa Isabel. A *Normalista 03* foi bolsista no Colégio das Irmãs, antes de ir para a Escola Comercial na qual também foram alunas a *Normalista 01* e a *Normalista 02*. Foi exatamente nesse período em que cursavam o Ginásial, o que corresponde ao atual Ensino Fundamental, que ingressaram no magistério.

Uma professora leiga, alfabetizadora das partícipes, foi a responsável pela indicação dos nomes dessas jovens para ingressar como docentes no povoado Cal, em Ilha Grande de Santa Isabel. Mesmo com insegurança e medo, elas aceitaram o desafio de ensinar, como ilustram abaixo:

**Quadro 02** – Demonstrativo de relatos de memória sobre a pergunta-base 02

<b>Pergunta-base 02: Como foi seu ingresso no magistério?</b>	
<i>Normalista 01</i>	Lembro que uma equipe veio de Parnaíba entregar merenda aqui [no povoado Cal] e a Prof. <sup>a</sup> Maria das Graças Caldas [representante da Prefeitura de Parnaíba] perguntou a minha mãe se ela gostaria que eu fosse professora e aí ela decidiu que sim e eu fui, sem querer, mas fui [risos].
<i>Normalista 02</i>	Eu sempre quis ser professora, [...] quando estudava nos Morros da Mariana, vendo aquelas professoras vindo de Parnaíba trazendo aquelas pranchetas, eu achava bonito, então pensava: vou ser professora! Depois que aceitei o convite, a Prof. <sup>a</sup> Graça Caldas disse que era pra eu ir na casa dela [em Parnaíba], que ela ia me explicar tudo como iria ser. E aí eu fui, fui umas três vezes, ela me explicou como era [...] pra eu fazer e assim eu fiz.
<i>Normalista 03</i>	Quando estava mais ou menos na 7 <sup>a</sup> série, teve necessidade de professor aqui no Cal, isso na antiga Escola Emídio Moura, e aí a minha ex-professora perguntou se eu queria uma turma, então tive que ir em Parnaíba, na Prefeitura, fazer um teste e logo depois eu comecei a trabalhar, eu tinha mais ou menos 16 ou 17 anos. Nessa época, era por contrato, aí depois que fiz 18 anos assinaram minha carteira. Então, um ano depois que terminei o Curso Normal eu entrei na rede estadual e o ingresso foi por indicação política.

**Fonte:** Organizado pelos pesquisadores a partir dos relatos de história oral

Seria possível afirmar que o fato de serem remuneradas pesou bastante na decisão do aceite, afinal eram de famílias de poucas posses e o dinheiro que poderiam ganhar com o trabalho seria de muita valia, porém, durante o relato dessas professoras, pode-se perceber que a questão ia além disso, já havia um desejo (ainda que em casulo), uma vontade de fazer, até mesmo em relação à *Normalista 01*, que em princípio não queria, mas abraçou a docência como profissão. Tornaram-se professoras, inspiradas por outras com quem aprenderam a admirar o ofício e despertaram para a importância desse fazer nas comunidades de que eram oriundas.

O olhar dessas professoras durante os relatos, os tons de fala, até mesmo o gesticular das mãos mostraram o quão importante e significativo foi esse início de profissão, o que não quer dizer que não tenha sido difícil e desafiador. Entende-se o possível medo, a grande ansiedade que as acometeram, mas também a curiosidade em descortinar, em mergulhar na

docência.

Segundo as normalistas, a pressão pessoal era grande, as incertezas evidentes diante do grande desafio, todavia, foram atentas às orientações que eram dadas antes de iniciar. Ratificasse que não era ofertado um curso de preparação, no entanto, havia uma seção de direcionamentos sobre o trabalho que deveria ser desenvolvido em sala de aula. Essas orientações eram dadas pela professora Maria das Graças Caldas, então responsável pela contratação de leigos na região da Ilha Grande de Santa Isabel, no âmbito da Prefeitura de Parnaíba.

As colaboradoras eram meninas ribeirinhas formadas por leigas que resolveram seguir em travessias, escolhendo o magistério como sustentáculo na educação e na vida. Foram escolhidas e/ou escolheram ser professoras, por quê? Huberman (2014) afirma que a escolha da profissão do magistério se dá sob dois vieses principais: a sobrevivência e a descoberta, sendo que a segunda é alicerce da primeira, fazendo com que o futuro professor se interesse pelo campo.

Mas verifica-se, igualmente, a existência de perfis com uma só destas componentes (a sobrevivência ou a descoberta) impondo-se como dominante, ou de perfis com outras características: a indiferença ou o quanto-pior-melhor (aqueles que escolhem a profissão a contragosto ou provisoriamente), a serenidade (aqueles que têm já muita experiência), a frustração (aqueles que se apresentam com um caderno de encargos ingrato ou inadequado, tendo em atenção a formação ou a motivação iniciais) (HUBERMAN, 2014, p.39).

Pelo que foi expresso nos relatos, essas foram as molas impulsionadoras para o aceite e ingresso das colaboradoras na docência, mais especificamente nas comunidades de Ilha Grande de Santa Isabel. Ser professora para melhorar as condições de vida e descobrir formas de melhorar a vida dos ribeirinhos dessa região, cientes de que esta situação não lhes tornava superiores aos demais membros da comunidade local.

As entrevistadas são professoras aposentadas, o que significa que passaram a vida nessa profissão, ensinando, aprendendo, ensinando e aprendendo, talvez aprendendo a ensinar e ensinando a aprender, uma vez que eram moradoras entre moradores e, certamente, em algum momento de suas carreiras entenderam que não eram as detentoras supremas do saber. Já dizia Freire (1999, p. 15): “não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo”.

É possível que esse tenha sido um fator de aproximação entre essas professoras e os muitos alunos que com elas aprenderam a ler, escrever e calcular. Embora detivessem a autoridade e o *status* de professora, ainda assim eram as moradoras da vizinhança. Era a tia de alguém, a filha, a irmã, que sabia e desenvolvia ofícios iguais ou semelhantes aos que não

detinham algum conhecimento de Língua e de Matemática, interagindo com os ribeirinhos, seus pares, nos rios e igarapés, nas veredas e nas matas de Ilha Grande.

Pode-se pensar que eram membros de uma comunidade que se destacaram por possuírem as habilidades no campo acima e por isso foram concebidas como professoras, mas que tipo de professoras? Leigas: seria possível afirmar fechando esta indagação, mas em se tratando das comunidades deltaicas, é preciso que se pergunte mais.

Um projeto nasceu na ação dessas pessoas (moradores ribeirinhos) e só foi possível sua manutenção e consolidação pela ousadia de buscar formação para melhorar, mediante diversas fragilidades: ausência de qualificação para exercer a docência, falta de condições financeiras para estudar em Parnaíba, dificuldade para conseguir aprovação no exame de seleção da escola normal, etc. Melhorar a si mesmo para buscar melhorias para os outros que eram submetidos a esse projeto como a única forma de conseguir aprender nas comunidades de Ilha Grande de Santa Isabel.

Há nesse universo um caráter de representação, algo que é possível caracterizar por meio das contribuições de Chartier (2007, p. 20), que traz o seguinte conceito:

[...] por um lado a representação [existe] como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém.

A representação neste sentido é compreendida como símbolo ou como simbologia, se for considerado o grau de subjetividade em que ela se processa, isto é, quem a considera e a partir de que é considerada. Pensar a ideia de representação em Chartier (2007) é um aspecto importante neste trabalho, com vista a se entender como foi possível ser e tornar-se professora nas terras de Ilha Grande ou ainda, como ser e construir-se um ribeirinho nas terras do Delta do Rio Parnaíba, na visão de referencial e de referente.

Tomando por base os postulados do autor acima, compreende-se que o mundo é, em si, um cenário repleto de construções sociais e estas são construídas a partir de representações, isto é, o que e como seres, objetos e situações são formados e quais suas implicações nos autores, no outro ou em todos que tornaram possível uma ação ou são influenciados por essa ação, de alguma forma.

Chartier (2007) apresenta duas possibilidades de construção do que pode ser considerado uma representação: a primeira deriva da relação do sujeito com um objeto/ser que pode dar sentido e trazer a memória de alguém ou algo que está ausente, por meio de uma imagem, por exemplo; a segunda se constrói em caráter de relação simbólica – o referente se processa no grau de significado de sua própria condição no meio em que se encontra ou para



os indivíduos que o observam.

Ainda de acordo com autor em questão, a ideia de representação pode ser refletida em três modalidades: no processo de classificação ou no ato de delimitar determinadas configurações que possibilitam que a realidade possa ser construída de forma contraditória mediante as ações de grupos diversos; nas práticas por meio das quais um indivíduo reconhece uma identidade socialmente construída a partir das simbologias e posições sociais que essa identidade abrange; e na institucionalização conferida pela representação de classes ou de pessoas dentro de uma comunidade (CHARTIER, 2007).

No caso das professoras de Ilha Grande de Santa Isabel, a representação se deu na própria condição de sua ação, ou seja, no que significa ser professora nas comunidades rurícolas. Para muitos daqueles moradores, quem exercia o magistério se encontrava numa instância social diferenciada, uma vez que tinha a capacidade de mudar a vida de alguém, permitir a travessia pelo conhecimento através da educação.

Ser docente era tido como um sujeito de importância nos povoados, tanto é que os pais delegavam a essas pessoas o trabalho de ensinar seus filhos. Pelos relatos das participantes, pode-se aferir que se tratava de uma representação de poder entre os moradores ribeirinhos nos diferentes povoados do Delta, mas não um poder entre opressor e oprimidos, um poder de oportunidades.

Sabendo ler, escrever e resolver operações básicas de Matemática, os professores leigos construía uma espécie de representação que se dava pela relação simbólica na qual o significante era a figura do ser professor e seu significado se dava na forma de ver o professor como aquele que sabia, que detinha o “poder”. Contudo, para a manutenção dessa representação na comunidade era preciso buscar formação.

O desejo de conseguir qualificação levou as três leigas a buscar essa condição na Escola Normal Francisco Correia. Para Pacheco e Flores (1999, p.45): “Tornar-se professor constitui um processo complexo, dinâmico e evolutivo que compreende um conjunto de aprendizagens e de experiências ao longo de diferentes etapas formativas”. Portanto, ser docente é estar em constante formação, visando melhores condições de trabalho e valorização.

O desafio de estudar fora de Ilha Grande de Santa Isabel era complexo e a decisão de cursar magistério era barreira ainda maior, precisavam de muita coragem ou de um amparo de alguém em Parnaíba para que fosse possível a realização do curso, sem contar que, embora fosse público, havia diversas despesas que as ribeirinhas teriam muitas dificuldades em arcar, considerando o ínfimo ordenado que recebiam.

Buscar a docência representava ainda, uma fuga do padrão de serviços que existiam naquele contexto: o que se tinha de atividades laborais era a lida nas roças de arroz, feijão, milho e mandioca, além da pega de gado, pesca e cata de mariscos nas margens dos rios e igarapés. Havia ainda a coleta de frutos silvestres como caju e murici. Essas atividades eram desempenhadas principalmente pelos homens, contudo, muitas mulheres atuavam nessas atividades.

As colaboradoras são oriundas de famílias de agricultores, costureiras, professoras leigas, pescadores e vaqueiros, logo, certamente estariam fadadas a exercer esses ofícios. Por isso, embora já inseridas na docência, sabiam que a condição para lá permanecerem com maior estabilidade era atender as exigências da legislação vigente, isto é, conquistar o diploma de magistério. A este respeito, fizeram os seguintes relatos:

**Quadro 03** – Demonstrativo de relatos de memória sobre a pergunta-base 03

<b>Pergunta-base 03:</b> <i>Sendo professora leiga, a senhora sabia que precisava de qualificação para seguir na carreira. Então, como foi esse momento de sua vida, estudar magistério?</i>	
<i>Normalista 01</i>	Foi difícil, mas no final deu certo. No começo eu não gostava de vestir aquela roupa, a farda, mas depois me apaixonei. Olha, eu sempre digo que quem estudou na Escola Normal, realmente aprendeu a ser professor, porque lá a gente aprendia mesmo como dá aula, o fazer em sala de aula. Tanto é que, quando eu cheguei à universidade, percebi a diferença entre quem tinha o curso normal e quem não tinha!
<i>Normalista 02</i>	[...] Para ingressar na Escola Normal tinha que prestar um exame seletivo, um exame de admissão, era como se fosse um vestibular, essa prova era realizada em dois dias, aí tinha conteúdos que eu não tinha visto, então o Cassunete [amigo, morador de Morros da Mariana] vinha ensinar a gente: eu, a Aparecida e a Francisquinha, a gente ia pra casa da tia Maria para ele explicar os assuntos pra gente à noite, porque lá tinha um quadro e giz. E aí fizemos o teste seletivo, lembro até hoje daquele momento, o impacto de chegar lá, aqueles jovens de escolas particulares que já vinham todos com uniforme da escola, Colégio das Irmãs, Caixeiral, todos com seus professores [...] Meu Deus, ninguém foi com a gente, mas fomos e deu tudo certo, passamos todas! O curso normal era um curso rígido, organizado, o uniforme era a coisa mais linda: aquele sapatinho de boneca, aquela blusinha de prega.
<i>Normalista 03</i>	Quando eu terminei o Ginásio, ainda fiz o 1º ano Científico e aí as coisas começaram a ficar meio difíceis! Eu queria fazer o Curso Normal, mas a condição era pouca e por um triz eu não desisti, mas teve uma pessoa que me ajudou com palavras, com incentivo [uma amiga da família], que disse para a mamãe que eu não deixasse o curso, não desistisse. Aí, com muito esforço, eu fiz o Pedagógico na Escola Normal. Lembro que no meu primeiro dia na Escola Normal já se ia com medo, a diretora ficava na porta de entrada da Escola Normal fiscalizando o uniforme de cima a baixo; ela olhava até a fivela do cinto, que era coberta, se tivesse mal coberta, você voltava. Era sapato colegial, meia, saíha com umas preguinhas bem-feitinhas aqui na frente, blusinha branquinha com várias preguinhas no ombro, muito bonita; [...] E assim, a Escola Normal, naquela época, era muito rígida e a gente temia e aprendia.

**Fonte:** Organizado pelos pesquisadores a partir dos relatos de história oral

As Normalistas apresentaram seus relatos de modo a enfatizar a realidade da época

(década de 1980) e seus muitos obstáculos. Falaram das dificuldades de estudar, entretanto, enfatizaram o desejo em seguir na carreira do magistério, resultado de sua admiração pelo ofício e a partir de influências de suas professoras do primário.

As travessias da *Normalista 02* foram de muitas correntezas: perdeu o pai precocemente, interrompeu os estudos para trabalhar em casas particulares em Parnaíba, para ajudar a mãe no sustento da família, mas nunca perdeu a esperança de voltar a estudar e se tornar uma professora – fato consumado quando pode retornar à escola.

A importância da Escola Normal para a história dessas professoras e, conseqüentemente, para a História da Educação do Piauí e dos moradores dos povoados de Morros da Mariana e adjacências, que passaram a ser educados por professores normalistas, é expressiva. Na verdade, a Escola Normal veio como uma instituição de formação que estabeleceria as categorias do professorado na segunda metade do século XX, no Piauí: os leigos e os professores normalistas – diplomados (RODRIGUES, 2013).

Com muito esforço, estudantes das classes populares foram ingressando na Escola Normal, que tinha uma cultura rígida de organização, primando pela excelência que era exigida desde o modo como o estudante deveria trajar-se até os resultados que poderia obter durante o curso.

Acionando memórias de seus tempos de aluna, a *Normalista 03* compartilhou alguns aspectos da rotina e da organização da Escola Normal Francisco Correia, enfatizando o caráter de exigência dos professores em relação aos alunos, mediante os ritos estabelecidos. A *Normalistas 01 e 02* ratificaram o relato da *Normalista 03*, também evidenciando a rigidez da Escola, sua organização e o desafio de ingressar mediante o exame de admissão – uma prova de conhecimentos básicos que, diante das fragilidades da formação recebida no curso ginásial, colocava as ribeirinhas em alerta e em busca de preparação complementar:

Barreiras eram vencidas por essas desbravadoras, que conheciam suas limitações, todavia, não se acomodaram, buscaram melhorar com intuito de vencer e chegar ao objetivo desejado, mesmo tendo que navegar em grandes travessias e correntezas. Coragem foi um determinante para essas mulheres.

As colaboradoras foram enfáticas sobre o curso, destacando que a formação era consistente e preparava o professor para os desafios da sala de aula. Por isso, o estudante e futuro professor necessitava de atenção e muito empenho para conseguir acompanhar o ritmo e dominar os muitos conteúdos ensinados.

A primeira etapa, ou seja, o primeiro ano de estudos, às vezes, ocorria em outra escola, porque era equivalente ao 1º ano do 2º grau regular, no qual o discente se debruçava com as

disciplinas básicas do currículo, desde Língua Portuguesa e Matemática às demais ciências ofertadas no programa.

Na concepção da *Normalista 01*, o curso oferecido pela Escola Normal Francisco Correia preparava, realmente, o professor para enfrentar as travessias em correntezas da docência, tendo em vista que era oferecida ao cursista a vivência teórica e prática do campo do magistério. Uma vez normalista, o/a professor/a em formação, desenvolvia uma série de conhecimentos que faziam a diferença, sendo inclusive perceptível em outros processos formativos, até mesmo em nível mais elevado, como a formação no curso de graduação.

O curso normal trazia importantes implicações pessoais, sociais e profissionais aos diplomados. No caso das colaboradoras deste estudo, a conclusão dessa formação significou duas questões principais: a regularização de sua situação profissional e seu contrato de carteira assinada e, mais tarde, sua efetivação no cargo.

As ribeirinhas que foram normalistas fizeram menção a uma memória terna e saudosa: o uniforme padrão da Escola Normal e o significado dessa vestimenta. Pode-se dizer que tratava-se de uma espécie de representação (CHARTIER, 2007), visto que o uniforme significava uma forma de simbologia social – era o fardamento de uma professora em formação, portanto, quem o vestia era admirada e respeitada nas comunidades do Delta do Parnaíba.

As colaboradoras não dispõem de fotografias dos tempos de normalistas, contudo, lembram com detalhes do uniforme da Escola Normal: saia social azul, blusa de mangas pregueadas, com o brasão da escola bordado no bolso, sapato colegial preto e meias brancas. Em gerações anteriores havia o uso de boina.

No caso dos homens, o uniforme compreendia: calça social azul, camisa social branca com bolso estampado com o brasão da escola; sapato social preto, meia social. A partir dos anos 2000, aboliu-se definitivamente o uso desse fardamento, o qual foi substituído por camisetas personalizadas e calça estilo *jeans*.

Embora tenha sido fundada como o nome de Escola Normal da Parnaíba, “em 1959 passa a se chamar Escola Normal Francisco Correia, momento em que também é estadualizada. Em 1961, transferiu-se para a Unidade Escolar Candido Oliveira, e ganha sede própria em 1967, na administração do governador Petrônio Portela”. (RODRIGUES, 2013, p. 25).

Vale ressaltar que a escola continuou com a designação de Escola Normal Francisco Correia (ENFC) até a exclusão do curso (na primeira década de 2000). Enquanto existiu a Escola Normal, os alunos cursistas eram identificados como normalistas. Após o fechamento da instituição, o prédio passou a se chamar Instituto Superior de Educação Antonino Freire, oferecendo a graduação em Licenciatura em Normal Superior.

No início da segunda década de 2000, essa graduação passou para gestão da Universidade Estadual do Piauí, continuando a funcionar no mesmo prédio da antiga Escola Normal, pelo período de formação das últimas turmas. Atualmente, a estrutura predial em questão comporta a sede da 1ª GRE – Gerência Regional de Educação de Parnaíba.

Muitas memórias são alusivas a este prédio, localizado no Bairro Nova Parnaíba. A avenida de acesso foi nomeada de “Avenida das Normalistas”. As participantes da pesquisa estudaram na década de 1980 na Escola Normal. As memórias trazem a lembrança não apenas das atividades, das amizades e das dificuldades desse período, mas também de aspectos do currículo e do corpo docente dessa instituição, como é possível verificar no quadro de relatos abaixo.

**Quadro 04** – Demonstrativo de relatos de memória sobre a pergunta-base 04

<b>Pergunta-base 04:</b> <i>Como era o curso normal em sua época: professores, estrutura, currículo?</i>	
<i>Normalista 01</i>	Como eu te disse, eu não gostava do Curso, mas depois passei a amar [risos]. Era um ótimo curso, professores excelentes. Ali a gente aprendia mesmo a ser professor, a dar uma aula, fazer um planejamento!
<i>Normalista 02</i>	Tive excelentes professores: a Prof. <sup>a</sup> Belina, acho que era coordenadora, a Prof. <sup>a</sup> Agerzimília, Prof. <sup>a</sup> Ana Lina, Prof. <sup>a</sup> Graça, o Prof. Flávio, a Prof. <sup>a</sup> Rita Veras, o Prof. Zié, excelentes professores. Era um curso de 2º Grau, com todas as disciplinas pedagógicas: Didática, Português, Matemática, só que já se voltava mesmo para aula, para dá aula, preparar o plano de aula, a micro aula, essa coisa toda. Eu estagiei aqui nos Morros, no Jonas Correia e no Zila Almeida; e o meu tirocínio eu fiz na Escola João Cândido, em Parnaíba. Eu concluí o curso normal em 1988.
<i>Normalista 03</i>	Eu lembro do Prof. Zié, Prof. <sup>a</sup> Simone, Prof. <sup>a</sup> Dalva Alencar, Prof. <sup>a</sup> Maria da Penha e várias outras. De disciplinas, tinha Filosofia, que deu trabalho [risos], mas as outras não deram não. Eu lembro que a Prof. <sup>a</sup> Maria da Penha era de Estudos Regionais, meu Deus do céu, dia de prova era um tormento! Uma prova enorme, só com perguntas: o que é isso? o que é isso? E tinha que saber. [risos].

**Fonte:** Organizado pelos pesquisadores a partir dos relatos de história oral

Pelo relatos, ratifica-se que o Curso Normal exigia muita dedicação por parte dos alunos. No caso da *Normalista 01*, uma curiosidade interessante: como foi dito em seu relato, ela não escolheu ser professora, em princípio. Esta decisão partiu de sua mãe, uma professora leiga e sua alfabetizadora. Também não quis ir estudar na Escola Normal, mas acabou sendo persuadida pela mãe a fazer matrícula.

Em sinal de protesto, ficou reprovada no primeiro ano do curso e teve que repetir. Foi nesse momento que passou a ver a formação e a profissão com outros olhos, desenvolvendo um grande apreço. Hoje é uma apaixonada pelo magistério, tanto que deseja retornar à sala de aula, embora esteja aposentada. Seu diploma de normalista é sinal de orgulho e realização pessoal e profissional.

A geração das normalistas aqui referenciadas tiveram seu curso reconhecido pelo Decreto n. 5.307, de 17 de janeiro de 1983, regulamentado pelo Governo do Estado e com Parecer n. 002/85 do Conselho Estadual de Educação do Piauí. O título conferido era o de “Habilitação de 2º grau para o exercício de magistério de 1º grau de 1ª a 4ª série”, com fundamentação legal no artigo 30, alínea A, combinados com os artigos 4º e 6º da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

O currículo estudado pelas *normalistas 01, 02 e 03* se estruturava da seguinte forma: Educação Geral (primeiro ano) e Formação Especial (segundo e terceiro anos). Como verificado no diploma na *Normalista 01*, a etapa de Educação Geral compreendia as seguintes disciplinas: Língua e Literatura Portuguesa e Nacional, História, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Física, Educação Artística, Inglês, Educação Moral e Cívica, Programa de Saúde, O.S.P.B., Ensino Religioso, Educação Física.

Na etapa de Formação Especial, por sua vez, havia o estudo de: Redação, Estudos Regionais, Língua Portuguesa, Didática Geral, Fundamentos Psicológicos, Fundamentos Sociológicos, Fundamentos Filosóficos, Metodologia de Comunicação e Expressão, Metodologia de Matemática, Metodologia de Ciências, Metodologia de Estudos Sociais, Arte Infantil, Literatura Infantil, Administração Escolar, Técnicas de Recursos Áudio-visuais, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º grau, Prática de Ensino, Recreação e Jogos.

O curso era ministrado com a seguinte carga horária de estudo: Educação Geral – 1.050 horas, Formação Especial – 1.170 horas, Estágio Supervisionado – 380 horas, totalizando 2.900 horas, distribuídas em seis semestres letivos. O currículo era composto ainda, por eventos pedagógicos e atividades oficiais do calendário da Escola.

No prédio da Escola Normal Francisco Correia, também funcionava a *Escola de Aplicação*, local em que muitas normalistas realizavam os estágios sob a supervisão de professores do curso e de regentes formados, responsáveis pelas turmas que lá funcionavam, sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Educação do Piauí.

O estágio supervisionado era realizado nos dois últimos anos de curso, porém, a regência efetiva em que o professor em formação (estagiário, professorando) assumia a sala de aula, sob supervisão, ocorria no último ano. Os estágios aconteciam da 1ª a 4ª série, sendo concluídos com o *Tirocínio* – uma semana de culminância, na qual o/a estagiário/a desenvolvia metodologias de ensino, sendo observado/a pela professora responsável pelo estágio e pelo/a professor/a titular da sala.

É sabido que essa formação, após a estuturação das escolas normais, era de três anos, sendo que o formado poderia retornar para cursar o quarto ano adicional, uma espécie de

especialização do Curso Normal, contemplando áreas como o *Alfabetização, Comunicação e Expressão, Língua Portuguesa e Ciências Naturais*.

Aos concludentes do quarto ano adicional não era conferido diploma nem certificado; agregava-se um carimbo ao diploma da habilitação de três anos, especificando-se informações sobre a formação realizada: habilitação conquistada, disciplinas cursadas e suas respectivas cargas horárias.

No diploma da *Normalista 02*, verificou-se o carimbo atestando estudos adicionais na área de Alfabetização. A carga horária total é de 750 horas, compreendendo as seguintes disciplinas: Filosofia da Educação (30h), Sociologia da Educação (30h), Psicologia da Aprendizagem e do Excepcional (90h), Programa de Saúde (30h), Comunicação e Expressão (80h), Didática da Alfabetização (240h), Educação Artística (40h), Literatura Infantil (60h), Prática de Ensino (90h) e Estágio Supervisionado (60h).

Dependendo da categoria, os estágios no Adicional aconteciam na Alfabetização ou nas primeiras duas séries da segunda etapa do 1º grau, isto é, os cursos de Língua Portuguesa ou de Ciências Naturais davam habilitação para o professor atuar na 5ª e 6ª séries do 1º grau, equivalentes aos atuais 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. Além do Adicional, a Escola Normal Francisco Correia promovia cursos de aperfeiçoamento e ciclos de estudos e debates pedagógicos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando as caracterizações em torno do processo formativo das professoras que lecionaram em comunidades ribeirinhas da Ilha Grande de Santa Isabel, no período de 1980 a 1990, percebe-se que no Delta do Rio Parnaíba houve um movimento que ocasionou significativas mudanças no contexto dessas docentes.

As narrativas revelam travessias de subjetividade em memórias, permitem que o leitor, a partir das lembranças dos tempos de formação primária, ginásial e na Escola Normal Francisco Correia, apresentadas pelas participantes, conheça os caminhos percorridos pelas mesmas, em busca de realização profissional por meio da qualificação.

Compreendeu-se que as travessias formativas dessas professoras ribeirinhas se deram a partir de lutas pessoais, enfretamento de desafios, superação de dificuldades e desejo de construir nome e carreira nas veredas da educação, a partir do exercício do magistério – de forma séria, comprometida e com formação adequada.

Considera-se, desta feita, que os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, tendo em vista que analisou-se como se deu a formação pedagógica dessas docentes, na

transição de leigas para normalistas; caracterizou-se o processo formativo dessas ribeirinhas na Escola Normal Francisco Correia, bem como verificou-se como se deu o início de seu magistério nos povoados da Ilha Grande de Santa Isabel; e ainda, discutiu-se aspectos da formação normalista no Piauí.

Ser e tornar-se professora nas terras do Delta do Rio Parnaíba era dispendioso e muitos sonharam, quiseram, mas não conseguiram. Felizmente, as três normalistas aqui referenciadas venceram as barreiras e lograram êxito, tornaram-se essenciais para a formação dos moradores vazanteiros e conseguiram transformar aspectos de suas vidas e ajudar na transformação da vida de seus familiares e alunos, por meio da educação.

A *Normalista 01*, que não queria ser professora, encantou-se com a docência e nela atuou por mais de trinta anos. Tempos após sua formação na Escola Normal, cursou Pedagogia e especializou-se em Educação Infantil, seu principal campo de atuação; alfabetizou gerações de crianças nas comunidades de Ilha Grande de Santa Isabel.

A *Normalista 02*, a menina que precisou sair da escola para ajudar a mãe e sonhou um dia retornar e ser professora, foi muito além da formação de nível médio em magistério. Graduou-se em História, sendo especializada em Gestão de Organizações Educacionais. Atuou por décadas como professora alfabetizadora, professora do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de ter participação como gestora escolar.

A *Normalista 03*, que esteve perto de desistir da formação e da profissão, construiu uma expressiva carreira nas escolas nas quais lecionou, atuando por mais de vinte e cinco anos como professora alfabetizadora, docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental e gestora escolar em instituições de Ilha Grande e em Parnaíba.

Este estudo não encerra as discussões sobre a temática, ao contrário, posiciona-se como um convite para pesquisas mais densas a respeito do professorado que atuou em comunidades ribeirinhas do Delta do Rio Parnaíba, nas décadas finais do século XX, considerando processos formativos e os impactos destes na vida e na carreira dos envolvidos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

BRASIL. *Projeto Logos I*. Brasília. Departamento de Documentação e Divisão, 1974.

BRITO, I. de S. *História da Educação no Piauí*. Teresina: ADUFPI, 1996.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria



Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 2007.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, v. 6, 2003, p. 9-25.

FERRO, M. do A. B. *Educação e Sociedade no Piauí Republicano*. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 1996.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HUBERMAN, M.. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. *Vidas de Professores*. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 2014.

LOPES, A. de P. C. Um viveiro muito especial: Escola Normal e profissão docente no Piauí. In: ARAÚJO, J. C.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. *As Escolas Normais no Brasil: do império à república*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017. p. 113-129.

LOPES, A. de P. C. *Superando a Pedagogia Sertaneja: Grupo Escolar, Escola Normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)*. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2001.

MESQUITA, J. M.; FRAIHA-MARTINS, F. Por que ensino do jeito que ensino? Reflexões de uma professora para pensar a docência em química. *Contexto & Educação*, Unijuí, v. 37, n.116, p. 145-163, 2022.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. 2. ed. São Paulo: 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PACHECO, J. A.; FLORES, M. A. *Formação e avaliação de Professores*. Porto: Porto Editora, 1999.

RODRIGUES, M. do S. M. *Do ensino normal ao pedagógico: história e memória das instituições escolares de formação de professores em Parnaíba (1927-1982)*. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2013.

SELIS, I. A. *A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SOARES, N. P. L. *Escola Normal em Teresina (1864 – 2003): reconstruindo uma memória da formação de professores*. 184 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2004.

SOUSA, J. B. de. *Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos*. Uberlândia: EDUFU, 2015.

TANES, T. M. L.; WERNER, E. T. W. Iniciação à docência: importância da construção de saberes relacionados à prática docente. *Contexto & Educação*, Unijuí, v. 37, p. 36-56, 2022.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Trad. Lélío Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLELA, H. de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

## **SOBRE OS AUTORES**

*José Marcelo Costa dos Santos* é Doutor em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2020), Mestre em Educação pela mesma universidade. Graduado em Letras- Português e em Pedagogia. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Práticas da Docência em Língua Portuguesa. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

E-mail: [josemarcelo@ors.uespi.br](mailto:josemarcelo@ors.uespi.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5612-5601>

*Maria do Amparo Borges Ferro* é Professora Titular da Universidade Federal do Piauí. Graduada em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (1971), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2000). É professora e foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. Foi Vice-Diretora do Centro de Ciências da Educação da UFPI. Coordena o Grupo de Pesquisa NEHME-Núcleo de Educação, História e Memória.

E-mail: [amparobferro@gmail.com](mailto:amparobferro@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1584-7007>

*Recebido em 29 de março de 2022*

*Aprovado em 07 de março de 2023*

*Publicado em 10 de maio de 2023*